

Cidadania migrante: propostas e experiências em comunicação e saúde¹

Migrant citizenship: proposals and experiences in communication and health

Rafael Foletto ²

Resumo: *O texto explora a relação entre comunicação, migração e saúde pública, para propor estratégias que aprimorem as políticas de acolhimento e o acesso à saúde de migrantes. Busca-se compreender como a comunicação pode responder às demandas desse público, promovendo inclusão e cidadania. A partir das perspectivas da cidadania comunicativa e da comunicação organizacional, destaca-se a necessidade de conteúdos claros, acessíveis e culturalmente adaptados para superar barreiras informativas e promover inclusão social. Metodologicamente, adota-se uma abordagem interpretativa, que integra processos teóricos, empíricos e a coleta e análise de dados, inclusive por meio de levantamento online de materiais. Com base nessas discussões, aponta-se o planejamento estratégico como ferramenta crucial para diagnosticar demandas, planejar ações e avaliar resultados, contribuindo para a formulação de políticas públicas que assegurem direitos e bem-estar aos migrantes, especialmente em contextos de crise.*

Palavras-Chave: *Migrações. Cidadania comunicativa. Comunicação organizacional.*

Abstract: *The text explores the relationship between communication, migration and public health, in order to propose strategies to improve reception policies and access to health for migrants. It seeks to understand how communication can respond to the demands of this public, promoting inclusion and citizenship. From the perspectives of communicative citizenship and organizational communication, the need for clear, accessible and culturally adapted content is highlighted in order to overcome information barriers and promote social inclusion. Methodologically, an interpretive approach is adopted, which integrates theoretical and empirical processes and data collection and analysis, including through an online survey of materials. Based on these discussions, strategic planning is seen as a crucial tool for diagnosing demands, planning actions and evaluating results, contributing to the formulation of public policies that ensure the rights and well-being of migrants, especially in crisis contexts.*

Keywords: *Migration. Communicative Citizenship. Organizational communication.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM – campus Frederico Westphalen. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da UNIPAMPA. Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. rafael.foletto@ufsm.br

1. Introdução

Debater sobre a relação entre o campo da comunicação, a questão da mobilidade humana e da saúde pública é essencial para a sociedade contemporânea, dado as dinâmicas de mudanças impulsionadas pelos sujeitos e pelas sujeitas em diáspora. Nesse sentido, observa-se a capacidade dos meios e dos sujeitos como produtores e difusores de conteúdos relevantes para essa questão. Ou seja, o campo da comunicação possui centralidade em tais debates, pela amplitude que a sua produção no espaço público. Pois, a comunicação atingiu significativos níveis de avanços tecnológicos, penetração social, organização sistêmica e poder simbólico (MATTELART, 2008).

Em se tratando de migrantes, as dinâmicas comunicacionais são complexas, dado a diversidade cultural. Nesse sentido, é preciso pensar em estratégias e recurso para distintas audiências, bem como em conteúdos com linguagem clara e compreensível.

Por outro lado, o Brasil, como um país multicultural, enfrenta desafios singulares ao tentar integrar social, cultural e economicamente os migrantes e refugiados. A comunicação eficaz é fundamental para assegurar que essas comunidades recebam informações vitais de maneira acessível e compreensível, especialmente em tempos de crise. A recente intensificação do fluxo de cidadãos venezuelanos para o Brasil exemplifica a urgência dessas iniciativas. Desde 2015, mais de 300 mil venezuelanos buscaram refúgio no país, sendo estimado que 1,5 mil estão atualmente em situação de rua em Boa Vista, cidade fronteiriça. A criação de um Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde, focado na Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas, é um passo significativo na resposta a essas necessidades. Dentro dessa estratégia, a comunicação desempenha um papel crucial ao estabelecer um plano sistemático e permanente que envolva todos os atores públicos e privados, garantindo que as informações de saúde circulem de maneira eficiente e alcancem as comunidades necessitadas.

Nesse sentido é que se observa a relevância do campo da comunicação não apenas para qualificar o desenvolvimento dessas ações, identificando as demandas de informação do público, como também para a efetividade do relacionamento com os públicos com os quais se quer dialogar, bem como o aperfeiçoamento da acessibilidade e da circulação desses conteúdos, a partir do delineamento da forma como as organizações vão falar sobre saúde. Ainda, dessa forma, é possível entender quais são as principais necessidades que podem ser solucionadas por meio de ações em comunicação e aperfeiçoar o trabalho do acolhimento.

Com o objetivo de entender e projetar práticas comunicativas desenvolvidas para sujeitos comunicantes de acordo com as suas demandas, saberes e visões de mundo, observa-se a importância da comunicação para analisar e desenvolver narrativas em relação à saúde. Contudo, as Mídias Deficientes possuem barreiras informativas que impedem e/ou dificultam o acesso pleno e autônomo, das pessoas aos conteúdos. Assim, entende-se que é fundamental aprimorar a construção de sentidos em proximidade com as necessidades dos públicos com os quais se deseja dialogar. Pois, entende-se que, dessa forma, é possível garantir que as informações sejam transmitidas de maneira clara, acessível e direcionada ao público, atendendo às suas necessidades específicas e promovendo uma melhor compreensão e engajamento, pois, não existe separação entre o fenômeno e a comunicação do fenômeno. Assim, o aprofundamento dessas discussões possibilita projetar estratégias de pesquisa: teóricas e metodológicas, que contribuem, não apenas para analisar práticas comunicacionais, mas também para melhorar a eficácia dos processos comunicacionais em prol de uma Ciência Cidadã.

Assim, no presente texto, busca-se investigar e analisar experiências comunicacionais de saúde pública, para pensar estratégias de comunicação que possam desenvolver alternativas construtivas para solucionar lacunas existentes nas políticas de atenção à saúde, em consonância com as demandas das e dos sujeitos. Enfim, trata-se de dialogar com as experiências existentes, para pensar e projetar outras experiências.

Observa-se, para tanto, duas dimensões teóricas para compreender o contexto da pesquisa, a saber, a perspectiva da comunicação organizacional (KUNSH, 2016; SANTOS, 2022), que envolve planejamento e estratégias de comunicação, e da cidadania comunicativa (MATA, 2005, 2009; MALDONADO, 2008), que promove informações dialógicas e acessíveis. Em especial, nessa segunda perspectiva, opta-se por considerar autoras e autores que têm afinidade e estão inseridos no tema das migrações, não apenas pensando em referências do campo da comunicação, que em sua trajetória de estudos pensaram na e sobre a migração, mas também em escritoras e escritoras que nos ajudam a entender a mobilidade humana como um direito e como uma prática, o que pode ser pensada como uma perspectiva da cidadania migrante da comunicação.

Para tanto, a dimensão metodológica é entendida como um artesanato intelectual contínuo. Conforme argumentado por Mills (1975), a discussão sobre a prática da pesquisa constitui um aspecto essencial para a reflexão acerca de sua execução, evidenciando a

interseção entre os processos teórico, metodológico e empírico na elaboração de projetos de investigação. Nesse sentido, Bonin (2011) nota que o campo da comunicação, tanto no Brasil quanto em outros países, constrói um conjunto de contribuições significativas para a interpretação de fenômenos comunicacionais, o que muitas vezes resulta em progressos teóricos e metodológicos nesse domínio. Assim, a formação de novos conhecimentos ocorre por meio da interação com esse conhecimento acumulado, tanto por descontinuidades quanto por permanências. Em outras palavras, é uma questão de voltar para compreender e, em seguida, propor. Portanto, torna-se fundamental articular várias abordagens e pontos de vista que oferecem uma visão abrangente das técnicas de pesquisa ligadas à coleta, análise e interpretação de dados. Armand e Michèle Mattelart (2004; 2010) resumiram esses caminhos em três linhas que ajudam no avanço das práticas de diálogo com os estudos de comunicação: a epistemológica, a pesquisa histórica e a problemática cultural.

Sendo assim, na próxima sessão, discute-se a possibilidade de pensar a cidadania migrante como dimensão epistemológica da cidadania comunicativa. Em seguida, articula-se a dimensão da comunicação organizacional para entender a importância de planejar ações com o protagonismo dos sujeitos. Por fim, reflete-se sobre casos e experiências focados na construção de ações em comunicação e saúde.

Acredita-se que por meio da articulação da cidadania em conjunto com comunicação organizacional tem-se a possibilidade de não apenas pensar a adequação dos conteúdos sobre saúde, mas também a oportunidade das organizações, por meio de ações planejadas, serem protagonistas na busca de soluções para essa importante demanda. Neste contexto, destaca-se a relevância da comunicação para ampliar os debates sobre a saúde, enfatizando o papel das mídias na criação e disseminação de informações.

2. Pensar a cidadania migrante

A migração e o refúgio são parte da sociedade, levando pessoas a deixar sua terra natal por várias razões. Imprevistos e tragédias podem fazer de qualquer um de nós um estrangeiro. Portanto, devemos reconhecer a cidadania, diversidade e direito dos migrantes de viver nos espaços sociais. No entanto, cresce o discurso contra o migrante, visto como intruso que ocupa o lugar de outro, o que contribui para disseminação de uma retórica da crise. Contudo, as desigualdades atualmente acentuadas são intrínsecas ao capitalismo, que desde sua origem,

impulsiona grandes contingentes de trabalhadores a buscar melhores condições de vida fora do seu país de origem.

Compreende-se que a migração não se trata de um termo vago, pelo contrário está repleto de sentidos e significados, que foram historicamente construídos e atualizados, de modo que é necessário avançar nessa temática, pois o fenômeno migratório se configura além dos dados estatísticos, uma vez que também geram dinâmicas perceptivas e construções simbólicas. Dessa maneira, “o mundo da produção de sentidos, nas distintas culturas, é múltiplo, complexo e não configura estruturas de significação mecânicas e deterministas” (MALDONADO, 2014, p. 18), o que também revela as múltiplas dimensões, atravessamentos e mediações que impactam na produção de sentido (MALDONADO, 2013).

Uma dessas dinâmicas é a noção de cidadania. Esse conceito remete a vida humana em cidades, o que consistiu em um movimento em que um número grande de pessoas passaram a viver em comunidade. Na contemporaneidade, a cidadania aparece como uma prática que produz sentidos e gera pertencimento, atentando para o fato de que se trata de uma noção construída historicamente e, que foi acentuada e potencializada com os processos de globalização e midiaticização das sociedades. Assim, um dos sentidos mais importantes derivados da noção de cidadania, além dos sentimentos de liberdade, igualdade e participação, é o de pertencimento, seja a grupos, ou a uma comunidade, ou ainda a identidades e a espaços públicos.

A noção de cidadania, embora central nas sociedades contemporâneas, enfrenta desafios significativos quando se trata de garantir a todos os indivíduos a possibilidade de vivenciá-la de forma plena. O sentimento de pertencimento, fundamental para a experiência de cidadania, esbarra, em muitos casos, nas desigualdades estruturais e nas diversas formas de exclusão social. Assim sendo, a cidadania nem sempre proporciona o mesmo grau de acesso e participação para todos, criando uma desconexão entre o conceito ideal e a realidade vivida por muitas pessoas.

Um dos principais obstáculos é a exclusão social, que não se restringe apenas à falta de acesso a recursos materiais, como saúde, educação e moradia, mas também se manifesta na marginalização cultural e política de certos grupos. As minorias étnicas, raciais, de gênero e as populações em situação de vulnerabilidade enfrentam um duplo desafio, a saber, o de ter seus direitos reconhecidos e o de serem efetivamente integrados na esfera pública. Essa exclusão pode gerar um sentimento de distanciamento da cidadania, no qual o indivíduo não se

reconhece como parte integrante da sociedade ou não vê sua voz ou necessidades refletidas nas decisões políticas, em projetos ou em conteúdos midiáticos.

Além disso, a globalização, ao ampliar as fronteiras e interconexões entre nações e culturas, trouxe consigo um desafio adicional para a construção da noção de cidadania. Embora tenha criado formas de solidariedade e de pertencimento transnacional, também intensificou desigualdades, com o aumento das disparidades entre as nações mais ricas e as mais pobres. A mobilidade global gerou novos fluxos migratórios, mas também trouxe à tona a questão da cidadania como algo muitas vezes restrito ao território nacional. Imigrantes e refugiados, por exemplo, muitas vezes se veem sem acesso aos direitos fundamentais garantidos a cidadãos nativos, ficando à margem de uma cidadania pleníssima.

Outro aspecto importante é a questão da representatividade. A cidadania, enquanto prática, exige que as pessoas se vejam refletidas nas instituições que as governam. No entanto, a falta de uma representatividade política ampla e diversa resulta em uma cidadania que beneficia desproporcionalmente os grupos dominantes, deixando de lado aqueles cujas realidades e necessidades são diferentes. A participação, nesse sentido, se torna um privilégio e não um direito universal, o que enfraquece o sentimento de pertencimento e a efetiva inclusão de todos os cidadãos no processo de construção coletiva da sociedade.

Ainda, a midiaticização das sociedades contemporâneas desempenha um papel contraditório nesse cenário. Se por um lado, a mídia tem potencial para ampliar o acesso à informação e fomentar a participação política, por outro, ela também pode consolidar estereótipos, reforçar divisões e excluir narrativas que não se alinham com os discursos dominantes. O acesso desigual à informação e a manipulação da opinião pública também contribuem para que muitas pessoas não se sintam representadas, ou mesmo reconhecidas, dentro do espaço público.

Portanto, estabelecer uma cidadania plena para todos exige mais do que a garantia de direitos formais. É necessário promover uma inclusão efetiva, que transcenda as barreiras econômicas, culturais e políticas, e que enfrente as desigualdades estruturais que ainda persistem nas sociedades contemporâneas. A cidadania, em sua concepção mais completa, deve ser um processo contínuo de reconhecimento e valorização de todos os indivíduos, respeitando suas identidades e experiências, para que o sentimento de pertencimento seja verdadeiramente universal. Assim,

A formação cidadã não tem sido possível pela existência generalizada de práticas de exclusão dos setores mais amplos da sociedade na tomada de decisões, a eliminação ou ameaça permanente de todo provável dissenso, a injustiça na distribuição de recursos e o baixo acesso à educação profissional e universitária. (RINCÓN, 2004, p. 2).

Nesse sentido, Scherer-Warren (2002) destaca que é necessário integrar na democracia não apenas mecanismos universais de igualdade, mas também o reconhecimento dos direitos à diferença, como cultural, étnica, de gênero e etária. Destaca-se, assim, a incidência de uma dimensão multicultural de cidadania, na qual se busca o respeito à alteridade e às diferentes culturas, promovendo uma ética intercultural.

Desse modo, o próprio processo de identificação, por meio do qual os sujeitos projetam as suas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz um sujeito conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006).

Martín-Barbero (2008) percebe que, nesse novo contexto da globalização, tudo flui, desmaterializa-se, hibridiza-se e reconfigura-se. Isso ocorre de forma constante e rítmica, impulsionado, sobretudo, pelas mídias, que, por intermédio da técnica, radicalizam, potencializam e ampliam essas experiências de fruição. Nesse sentido, a identidade latino-americana é constituída pela mestiçagem, característica dos processos culturais contemporâneos. Da mesma forma, Garcia-Canclini (2008) reivindica uma noção pertinente para problematizar um espaço sociocultural latino-americano, no qual coexistem diversas identidades e culturas. Para este autor, a identidade cultural da América Latina é construída por meio da interculturalidade.

Para Mattelart (2014), a representação de um universo transfronteiriço é intensificada não apenas pelos discursos que relacionam o Estado a globalização, mas também pelas estratégias de marketing global. Assim, é fundamental considerar os contextos de adversidade e os obstáculos que atravessam essa realidade. As contradições e complexidades da cidadania devem ser levadas em conta no planejamento e na criação de conteúdos que abordam as dinâmicas da migração, a fim de refletir de maneira mais fiel as experiências e desafios enfrentados por aqueles que atravessam fronteiras.

Frente as essas estruturas sociopolíticas e econômicas, por meio da criatividade e da resistência, os migrantes atuam politicamente, fazendo emergir uma noção de cidadania enquanto exercício ativo, ainda que não sejam reconhecidos como sujeitos políticos plenos. Assim, é justamente o status de minoria que os define que impulsiona a necessidade de elaborar pautas coletivas. Nesse contexto, a mobilização política e cultural dos migrantes pode desestabilizar a noção de cidadania, ao questionar as formas de exclusão, articular diferentes lutas e reivindicar a universalização dos direitos (MEZZADRA, 2012).

Nesse sentido, os migrantes passam a ser percebidos como sujeitos ativos e portadores de projetos próprios, capazes de construir múltiplas ações de luta e resistência, implicando em processos de transformação em diferentes esferas. Ademais, esses sujeitos incorporam saberes que articulam as dimensões sensíveis e as dimensões racionais realistas para a geração de pensamentos e para a produção de conhecimentos, que fortalece sabedorias históricas, étnicas, regionais, de modo que os sujeitos são centrais nesses processos, pois,

Entendemos que o fenômeno migratório se configura além dos dados estatísticos. Os sujeitos que se deslocam nas ondas migratórias, mobilizam nas suas travessias complexas e multidimensionais realidades com implicações econômicas, políticas e socioculturais que, com o desenvolvimento técnico-comunicacional, geram dinâmicas perceptivas e construções simbólicas (FERNANDEZ, 2023, p. 88).

Dessa forma, observa-se que a noção de cidadania comunicativa se mostra instigante, por considerar as competências dos interlocutores enquanto leitores, colaboradores e fruidores, trata-se de “um grupo social específico que é produzido pela interação individual com um conjunto de interpelações de mídia e que confere traços de identidade de acordo com a maneira como são vivenciados.” (MATA et al. 2009, p. 184, tradução nossa)³.

Ainda, a cidadania comunicativa implica o desenvolvimento de práticas que contribuam na garantia dos direitos junto ao campo da comunicação. Desse modo, Mata et al (2009) procura entender a articulação entre comunicação e cidadania, observando essa dinâmica, inerente às práticas midiáticas contemporâneas, para além das interpretações jurídicas, como o exercício do direito a ter direitos, enfim, como um processo pelo qual os sujeitos sociais buscam se constituírem enquanto sujeitos comunicantes.

A noção de cidadania comunicativa se mostra instigante, enquanto dimensão teórica e política, para problematizar a centralidade das mídias nas relações contemporâneas, pondo em

³ “Un particular agrupamiento social que se produce a partir de la interacción individual con un conjunto de interpelaciones mediáticas y que confiere rasgos identitarios según el modo en que ellas se experimentan”.

perspectiva a forma como os meios de comunicação apresentam a realidade social, e a maneira como essa construção incide nas demandas e necessidades dos sujeitos sociais. Em outros termos, trata-se de uma cidadania atravessada pela comunicação, na qual se constituem novas construções de públicos, memórias, percepções coletivas, temporalidades, espaços, enfim, um novo e complexo mapa da sociedade em tempos de mudanças e mutações tecnológicas, sociais, políticas.

Para Sodré (2017), na sociedade globalizada, a comunicação é a principal forma de organização. Nesse sentido, Peruzzo (2017), atenta que a comunicação permeia todos os processos de conscientização-organização-ação populares, não apenas pela efetivação de canais para circulação da informação trazidos pelas tecnologias, mas, principalmente, pelo diálogo, por suas formas interpessoais e grupais por meio dos quais se desenvolve práxis coletivizada, a participação ativa, e estabelecem-se laços e novos sentidos de partilha, favoráveis ao desenvolvimento humano e das comunidades.

Portanto, pensa-se que, por meio da realização de produtos comunicacionais, em ativa colaboração com os migrantes, pode-se dar visibilidade as demandas desse grupo social de modo a contribuir no enfrentamento de questões relativas a realidade desses sujeitos, como o processo de acolhimento. Assim, tem-se a possibilidade da geração de conteúdos com os quais os sujeitos se identificam, pois, desta forma, os migrantes podem se apropriarem da narrativa e da linguagem, tornando-se produtores e não apenas consumidores culturais. Como resultado, os conteúdos podem apresentar as suas visões de mundo, obtidas a partir dos diversos contextos sociais e mediações culturais que constituem esses sujeitos.

Nesse contexto, é crucial destacar a importância de se desenvolver abordagens comunicativas que garantam a acessibilidade e a compreensão das informações, reconhecendo a diversidade linguística e cultural dos migrantes. A formação de políticas efetivas e inclusivas deve considerar a pluralidade de experiências e a necessidade de criar narrativas que reflitam a realidade dessas comunidades. Ao abordar os desafios enfrentados pelos migrantes e refugiados, torna-se imperativo promover uma comunicação que não só informe, mas também sensibilize e engaje, criando um ambiente propício para a construção de novas cidadanias e a promoção do bem-estar coletivo.

3. Pensar o planejamento de ações de comunicação e saúde em diálogo com os sujeitos

Com base nas discussões apresentadas anteriormente, observa-se que, atualmente, no Brasil e no mundo, existem diversos desafios relacionados à imigração e saúde. Entre esses desafios estão as políticas sociais de acolhimento e integração dos imigrantes em um mundo globalizado, que precisam lidar com desigualdades socioeconômicas, doenças e condições precárias de vida. De modo que é fundamental promover a equidade no acesso à saúde, ampliar as políticas sociais e incluir a temática das migrações como determinantes sociais que devem ser abordados pelos profissionais de saúde. Assim:

A articulação dos domínios da saúde, comunicação e cultura, colocam novos paradigmas no campo da prevenção, informação e literacia em saúde, revelando-se fundamentais para melhorar a adesão, a relação e a qualidade das práticas clínicas e a compreensão dos determinantes e comportamentos de saúde, para o desenvolvimento de cuidados de saúde social e culturalmente adaptados, para promover competências comunicacionais e interculturais, para favorecer a qualidade do funcionamento das organizações de saúde e para a definição de políticas de saúde. (PEREIRA RAMOS, 2020, p. 41)

Igualmente, é necessário realizar uma leitura crítica dos conhecimentos e práticas dos migrantes, promovendo a reflexão sobre a realidade e as possibilidades, compartilhando propostas para agir diante desse cenário. Pois,

conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo (FREIRE, 2021, p. 12)

No que compete a ações em saúde voltadas para migrantes e refugiados, trata-se de pensar a comunicação no dia a dia, não apenas por meio da conscientização, mas também principalmente da sensibilização. Pois, conforme Paiva (2003), dialogando com os preceitos da teoria de Paulo Freire, o sensível atua como uma força motriz capaz de estabelecer uma ligação definitiva entre as diversidades e promover uma convivência harmoniosa entre as diferenças. Enfim, pensar em diálogo com o outro permite a construção de novas cidadanias, a partir do sensível, da escuta e da compreensão do outro.

Nesse sentido, torna-se necessário pensar em práticas em comunicação e saúde voltadas para migrantes e refugiados que promovam uma comunicação dialógica e sensível. Pois, nas ondas migratórias, nota-se a proposição de diversas iniciativas de acolhimento a imigrantes e refugiados, mesmo em meio a disseminação de notícias falsas em relação aos estrangeiros, que passam a ideia de que os imigrantes vão ter acesso a políticas públicas (educação, saúde, etc.)

que os brasileiros não têm, de forma que, muitas vezes, possa estimular a xenofobia e rejeição aos migrantes. Por isso a importância de conhecer e estudar iniciativas propositivas, que buscam abrir espaços para que as organizações tenham efetividade na proteção dos imigrantes, o que passa pelo desenvolvimento de estratégias de comunicação de interesse público.

Por essa perspectiva, observa-se a necessidade do desenvolvimento de ações de comunicação que induzam a construção de políticas públicas de acolhimento tanto nacionais, quanto locais, de forma a articular a relação entre as diferentes instituições públicas que atendem esse contingente de pessoas em vulnerabilidade, em consonância também com a sua cultura.

Sabe-se que no contexto contemporâneo, os sujeitos possuem uma riqueza histórica, técnica e estética que fomenta direta ou indiretamente as produções contemporâneas. Nesse sentido, torna-se importante construir, experimentar e inventar estratégias, modos, arranjos, diálogos, articulações e produções que desafiem a complexidade dos processos comunicativos contemporâneos, de forma a assumir as necessárias confluências em termos de entrecruzamentos fecundos de lógicas, conteúdos e estruturas criativas e sustentáveis, bem como em avanços no acolhimento das demandas desses sujeitos.

De forma similar, é crucial problematizar a maneira como as questões de saúde associadas aos fluxos migratórios são apresentadas em estruturas, sistemas e produtos midiáticos, como ações e campanhas de saúde, e refletir sobre as consequências dessas representações em outros processos, como a integração regional, a constituição da cidadania e a promoção da interculturalidade. Observa-se, portanto, a necessidade de produzir conteúdos midiáticos focados em ações afirmativas e inclusivas, que contribuam para a construção de um conhecimento qualificado, abrangente e transformador sobre essas questões. Dessa forma, essas produções se apresentam como instâncias capazes de potencializar o desenvolvimento de culturas comunicacionais, cidadãs e políticas inovadoras, com impacto positivo na sociedade. Em última instância, trata-se de desenvolver processos que visem à democratização da expressão e da cultura por meio da educomunicação.

Santos (2022) sublinha a relevância da comunicação integrada e do contexto social e econômico no qual as organizações estão inseridas para a elaboração de um planejamento estratégico de comunicação. Isso exige a consideração das especificidades dos processos comunicacionais com grupos vulneráveis, como migrantes e refugiados, incluindo aspectos como língua, cultura, dispositivos midiáticos e formatos de mídia.

A partir dessa perspectiva, o planejamento estratégico surge como uma ferramenta essencial, que permite pensar além das necessidades imediatas, com base nas informações da organização e no cenário em que ela está inserida. Ele visa compreender os fenômenos presentes e suas interações com a organização, além de possibilitar sua adaptação a mudanças e desafios do mercado, antecipando crises e oportunidades. Assim, por meio do planejamento estratégico, não apenas se busca adaptar a organização às questões de saúde dos migrantes e refugiados, mas também se cria a oportunidade de ser protagonista na busca por soluções para esses desafios contemporâneos. As ideias e práticas surgidas de pesquisas anteriores podem ser aplicadas a partir de um planejamento estratégico, transformando-as em ações concretas. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e dinâmico, que orienta a definição de objetivos, políticas, posicionamentos, metas e estratégias organizacionais, permitindo à organização pensar o futuro com uma base sólida de conhecimento sobre os contextos que a envolvem.

Contudo, não existe uma fórmula pronta para o planejamento estratégico eficaz. O mais assertivo é a elaboração de um diagnóstico, utilizando técnicas que ajudem a reunir o maior número possível de dados sobre o produto ou a ideia que se deseja “vender” — seja um produto, um evento, uma marca, uma ONG, entre outros, como no caso de uma campanha de saúde pública. Com esse diagnóstico, abre-se o caminho para o planejamento, permitindo traçar estratégias a curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, Kunsch (2016) também destaca que, ao analisar o cenário, é possível compreender as demandas necessárias para construir um planejamento estratégico adequado, identificando ameaças, oportunidades, forças e fraquezas.

O planejamento estratégico, portanto, pode abrir novas possibilidades para a organização. Utilizando o pensamento estratégico, é possível encontrar outros propósitos, aliando ideias criativas com o cenário atual da organização. A realização de um planejamento estratégico eficaz é, em geral, o ponto de partida mais adequado para um planejamento de relações públicas voltado à excelência e eficácia da comunicação dentro das organizações. Isso ocorre porque as relações públicas permitem uma análise detalhada da situação da organização em relação ao ambiente e ao mercado competitivo, dentro do contexto social em que está inserida. Por isso, as relações públicas são consideradas uma função fundamental, que antecede outras funções administrativas (KUNSCH, 2006, p. 4).

Nesse contexto, a contribuição da comunicação organizacional para a interface entre Comunicação e Saúde se mostra essencial. Ela permite compreender os fluxos de sentidos que orientam os processos de significação nas relações organizacionais (BALDISSERA, 2009),

ajudando as organizações a atender às necessidades de seus públicos, como migrantes e refugiados, e a construir estratégias de comunicação eficazes para aproximar esses grupos da organização.

Ao pensar em campanhas e ações de comunicação voltadas para migrantes e refugiados, é fundamental considerar elementos presentes no planejamento estratégico, tanto para conceber ações quanto para estudar as melhores estratégias de comunicação e de produção de conteúdo para esse público. Isso implica levar em conta suas características culturais e as percepções que possuem sobre o mundo.

Em última análise, esta discussão não se limita a um debate conceitual, mas busca contribuir para o avanço do sistema de saúde por meio de planejamento e divulgação de informações eficazes, voltadas para a atenção primária dos migrantes e refugiados. Isso também inclui sensibilizar gestores sobre a importância da qualificação dos planos de comunicação para promover ações de saúde que favoreçam políticas públicas eficientes no acolhimento desses grupos. Assim, por meio dessas problematizações, é possível entender melhor as estratégias de comunicação que podem ser apropriadas para aprimorar o desenvolvimento de ações similares no país. A análise aqui desenvolvida sugere que a pesquisa na interface entre Comunicação e Saúde deve começar com o planejamento estratégico de saúde para migrantes e refugiados, para, em seguida, direcionar o desenvolvimento do planejamento de comunicação voltado para esse grupo social.

O aprofundamento dessa questão pode não apenas ampliar a compreensão da importância da comunicação nas ações de saúde, mas também melhorar a eficácia dessas ações por meio do planejamento estratégico de comunicação. Para isso, é necessário refletir sobre a importância do planejamento e sobre suas formas de execução, permitindo que comunicadores e gestores articulem esses conhecimentos na criação de campanhas de saúde para diferentes públicos, sempre respeitando o contexto e os anseios de cada um.

4. Pensar ações de saúde para migrantes e refugiados: possibilidades para a construção de uma cidadania migrante

Para ampliar a discussão empreendida no presente texto, pensou-se, como movimento empírico a realização de um levantamento online de organizações que trabalham com a questão das migrações no Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de buscas nos sites institucionais dessas organizações, identificados por meio de busca no Google e por meio da pesquisa

bibliográfica. Busca-se analisar documentos das organizações para que se possa pensar como os aspectos relativos à trajetória dos sujeitos, suas demandas, suas transformações a partir desse contexto comunicativo midiaticizado estão presentes nessa prática.

Compreende-se que esse movimento se trata de buscar diversas aproximações com os diferentes âmbitos da investigação, “com o objetivo de sondar contornos, nuances e singularidades que interessam à problemática em construção” (BONIN, 2014, p. 45), possibilitando, também, a definição de elementos de observação e descrição detalhada dos objetos de pesquisa, que trazem informações referentes a sua estrutura, dinâmica, inter-relações, lógicas, estratégias. Ainda, permitindo testar, vivenciar e refletir os procedimentos, táticas e experimentações metodológicas demandadas pela investigação.

Assim, mediante essa pesquisa, chegou-se a doze materiais comunicacionais sobre saúde para migrantes e refugiados. Nesse levantamento, notou-se não apenas uma diversidade de formatos midiáticos, como livros, cartilhas, cartazes, folders e vídeos, embora prevalecendo as cartilhas, mas também de temáticas, como documentação, serviços e temáticas específicas, a exemplo da saúde bucal para crianças. Ainda, prevaleceram informações referentes a pandemia do novo Coronavírus, o que se explica pela importância dessa questão no contexto recente.

Contudo, há, também, o uso de diferentes idiomas, incluído línguas dos povos originários, como é o caso de uma cartilha escrita também na língua Warao, que é falada por povos indígenas que vivem na fronteira entre o Brasil e Venezuela. Compreende-se que essa estratégia demonstra uma preocupação das organizações em produzir conteúdos com o uso de linguagem acessível, de modo a gerar mais diálogo, apropriação e engajamento dos migrantes e refugiados com os temas da saúde.

Desse modo, observou-se que para pensar esses espaços de busca e acesso a informações para os migrantes, outros elementos são relevantes, como é o caso de conferências regionais sobre a temática das migrações, que chamam os sujeitos para debater questões que fazem parte do seu cotidiano, de modo permite a identificação e o sentimento de pertencimento, podendo proporcionar alívio ou atenuar o impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes, ao oferecer um espaço de segurança onde sua identidade é reconhecida, estabelecendo uma ligação com seu lugar de origem (MARANDOLA Jr. & DAL GALLO, 2010).

Na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN (CERAM/RN), organizou a 1ª Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apátridas do Rio Grande do Norte (Comigrar-RN), que contou com a participação de mais de 500 pessoas.

Ainda, o evento teve repercussão nos meios de comunicação locais e institucionais, incluindo os portais da UFRN, do Governo Federal e da ONU, os quais produziram um total de dez notícias abordando as atividades realizadas na Conferência e as perspectivas futuras dessa ação. Nesse contexto, é evidente que a comunicação midiática desempenha um papel significativo na questão da visibilidade pública, ao proporcionar acesso para a discussão de agendas políticas. Portanto, a esfera midiática se configura como um espaço de disputa pela visibilidade de agendas, propostas de deliberação, justificativas, cobranças, monitoramento e prestação de contas. Maia e Castro (2006, p. 7) afirmam que a instância midiática se configura como “um dos componentes essenciais para que diferentes grupos, com variada expressão na vida social, possam se construir e interagir de forma ampliada na sociedade contemporânea”.

Compreende-se que a Conferência reforça a participação desse grupo social na elaboração de ações, programas e políticas públicas. Além disso, oportuniza aos participantes debater novas políticas públicas para promover a integração social dessas pessoas na sociedade brasileira, com o objetivo de defender e garantir direitos, bem como enfrentar todas as formas de violência e discriminação. Assim, nesse exemplo, um elemento se destaca como crucial para a elaboração de um diagnóstico apropriado para o desenvolvimento de campanhas: a contribuição de conhecimentos prévios, como as pesquisas e projetos realizados por universidades, que podem servir de base para o planejamento de ações por parte de organismos internacionais e governamentais.

É sabido que há um constante movimento de interação e diálogo entre a academia e as organizações públicas e internacionais, assim como se compreende o intenso fluxo de informações impulsionado pelas tecnologias de comunicação e informação, que torna impossível absorver todo o conteúdo que circula pelos diversos espaços comunicacionais. Além disso, enfrentam-se dificuldades na formulação de uma política de comunicação concreta e objetiva para divulgar as produções acadêmicas.

Finalmente, observa-se que ações como as Conferências de Migrações apresentam um grande potencial relativo à construção de políticas públicas com o protagonismo dos sujeitos,

que ajudam a melhorar o Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso, o acolhimento, a qualidade de vida e o bem-estar de todos, inclusive migrantes e refugiados.

Nesse sentido, é possível inferir que questões como diversidade de temáticas, circulação de conteúdos e diálogo com ações e campanhas já realizadas podem ser consideradas no desenvolvimento de futuras campanhas de saúde voltadas para migrantes e refugiados. Através desse planejamento, novas possibilidades para a organização podem surgir, utilizando-se do pensamento estratégico para alcançar outros propósitos, combinando ideias criativas com o contexto atual da organização.

A partir das discussões anteriores e fundamentado na perspectiva do planejamento estratégico da comunicação, surgem algumas possibilidades para a construção de estratégias comunicacionais voltadas a campanhas de saúde pública destinadas a migrantes e refugiados. Convém ressaltar que essas possibilidades não se configuram como categorias rígidas ou uma única proposta definitiva, mas sim como interpretações e abordagens problematizadas, baseadas nas interações com as teorias que têm sido exploradas ao longo da pesquisa. Assim, a proposta visa integrar percepções teóricas com possibilidades práticas, com o objetivo de contribuir para a criação de ações comunicativas que reforcem a formulação de políticas públicas em saúde e cidadania.

A primeira possibilidade, que envolve a fase de diagnóstico, propõe que as ideias identificadas em estudos anteriores possam ser organizadas e sistematizadas por meio de um planejamento estratégico, que servirá de base para a implementação prática. Trata-se de um processo contínuo e dinâmico, que orienta a definição de objetivos, políticas, posicionamentos, metas e ações organizacionais. Em outras palavras, é uma ferramenta que permite projetar o futuro com um embasamento sólido sobre os contextos que atravessam a organização. Nesse processo, destaca-se a relevância do diálogo com os conhecimentos acadêmicos e materiais gerados por universidades, por meio de pesquisas e projetos relacionados a questões migratórias, que circulam em diversos espaços além do âmbito acadêmico. Essas produções podem fornecer dados essenciais para o planejamento de ações de organismos internacionais e governos, permitindo a construção de campanhas mais robustas e alinhadas à realidade dos migrantes e refugiados. Dessa forma, a criação de novos conhecimentos se dá pela interação com saberes acumulados, promovendo uma base sólida para a atuação efetiva na área.

A segunda possibilidade refere-se à questão das estratégias comunicacionais, e destaca a importância de promover um diálogo constante com o público-alvo, para identificar os

conteúdos que este deseja consumir, bem como os canais pelos quais prefere recebê-los. Além disso, é essencial avaliar os meios e conteúdos já existentes, com o intuito de qualificá-los e torná-los mais relevantes. Para isso, além de questionários e entrevistas, outras metodologias de escuta podem ser consideradas, como rodas de conversa, compartilhamento de experiências e análise coletiva de situações críticas. Essas abordagens proporcionam um ambiente de troca de saberes, no qual os envolvidos nas campanhas podem expressar suas necessidades e opiniões. Outro aspecto importante é a avaliação de ações já realizadas, a fim de qualificar futuras atividades, garantindo que a linguagem e o conteúdo estejam mais alinhados aos interesses e expectativas dos públicos-alvo. Essa perspectiva permite compreender a natureza plural das interações entre os sujeitos e os conteúdos midiáticos, ressaltando a importância de envolver os sujeitos não apenas no consumo de conteúdo, mas também na sua produção. Isso resulta na emergência de novas dinâmicas de participação, onde a criação de conteúdos não se limita aos meios de comunicação, mas também envolve os sujeitos diretamente.

Por fim, a terceira possibilidade está ligada à etapa de avaliação do planejamento estratégico, mais especificamente à criação de arquivos ou bancos de dados para uma análise crítica sobre a visibilidade, acesso, circulação e interação dos conteúdos gerados pela campanha. Esse processo visa planejar ações futuras de forma mais estratégica, o que também pode fortalecer a formulação de políticas públicas voltadas ao alcance dos objetivos desejados. Esse aspecto contribui para minimizar a falta de informações sobre a circulação e o acesso aos materiais, o que pode otimizar as ações em campanhas futuras. A partir de dados sobre onde há maior demanda por materiais informativos ou ações comunicacionais, é possível ajustar as estratégias para que se aproximem de maneira mais eficaz e relevante dos públicos em questão.

Dessa maneira, as três possibilidades descritas oferecem uma abordagem integrada e contínua para o desenvolvimento de campanhas de saúde pública direcionadas a migrantes e refugiados, reforçando a importância de um planejamento estratégico que seja dinâmico, adaptável e alinhado com as necessidades e realidades dos públicos envolvidos.

Entende-se que o desenvolvimento de ações de saúde voltadas para migrantes e refugiados não se limita as possibilidades elencadas anteriormente, as quais podem servir como base para o aprofundamento das conexões entre comunicação e saúde na produção de processualidades comunicacionais que contribuam para a viabilidade de políticas de atenção e cuidado em saúde com os diferentes grupos sociais.

Portanto, a combinação de um planejamento estratégico robusto, a valorização da comunicação intercultural e a construção de políticas públicas inclusivas representa um caminho promissor para o desenvolvimento de ações de saúde mais eficazes, justas e humanizadas para migrantes e refugiados.

5. Considerações Finais

Compreende-se as limitações para o desenvolvimento de ações de comunicação em meio as demandas que surgem em decorrência do crescimento das ondas migratórias. Porém, observa-se que a importância da comunicação para as discussões sobre saúde, migração e cidadania está sendo reconhecida, o que pode levar a um entendimento maior da relevância do planejamento estratégico da comunicação para grupos vulneráveis, como migrantes e refugiados.

Contudo, são necessárias políticas públicas nacionais e transnacionais que contribuam para o avanço no sistema de saúde, de modo a assegurar o acesso, o acolhimento, a qualidade de vida e o bem-estar de todos, incluindo migrantes e refugiados. O que passa pela dimensão comunicacional, por intermédio do planejamento e da construção de informações eficazes, adaptadas à diversidade individual, social e cultural. Ainda, observa-se que o papel do planejamento estratégico passa por garantir a visibilidade, a avaliação e a indução de políticas públicas em consonância com os objetivos da ação, com os papéis das instituições sociais e com as demandas da sociedade.

Desse modo, pensa-se que essas questões podem fomentar a elaboração de ações de saúde pública em sintonia com as demandas dos públicos envolvidos, o que também passa pela sensibilização de gestores sobre a importância da qualificação dos conteúdos de comunicação na promoção de ações em saúde, no sentido de desenvolverem políticas públicas eficientes no acolhimento dos migrantes. Trata-se de um esforço de leitura da realidade como forma de gerar conhecimento e partilha do mesmo (PERUZZO, 2017).

Enfim, observa-se um campo promissor de diálogo e problematização sobre as possibilidades e contribuições das estratégias de comunicação para pensar o desenvolvimento de ações em saúde. Nesse sentido, pensa-se que uma contribuição para os estudos de comunicação e cidadania na interface com a saúde, passa não apenas por discussões teóricas ou conceituais, mas também por questões de ordem prática, no sentido de pensar e a

desenvolver conteúdos e investigações relacionados à atenção à saúde, principalmente ao problematizar as possibilidades do planejamento estratégico de comunicação de materiais a serem disponibilizados para diferentes grupos sociais. Nesse sentido, pode-se analisar práticas comunicativas de saúde pública para assim projetar estratégias comunicacionais de acordo com as demandas desses sujeitos, de modo a garantir o acesso as políticas públicas.

Referências

- BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Maria M. K. (Org.). **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 135-164.
- BONIN, Jiani A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy [et al.]. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- FERNANDEZ, Adrian J. P. Fronteira, migração e poder simbólico. In: Daniela Cristiane Ota; Marcos Paulo da Silva. (Org.). **Fronteiras culturais e práticas comunicativas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2023, p. 79-104.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021
- GARCÍA-CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.
- KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2016.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MAIA, R.; CASTRO, Maria C. P. S. (org). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MALDONADO, Alberto E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: Maldonado Alberto E. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil/ Processos receptivos, cidadania, dimensão digital**. Salamanca: Comunicación Social/ Ediciones y Publicaciones, 2014, p. 17-40.
- MALDONADO, Alberto E. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latinoamericana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani A.; ROSÁRIO, N. (Orgs.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-103.
- MALDONADO, Alberto E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: Maldonado, Alberto E.; Bonin, J.; Rosário, N. (org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, p. 27-54.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MATA, María C. et al. Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA, Adrián e MALDONADO, Alberto E. **Metodologías transformadoras: tejiendo la Red em**

Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración em América Latina. Caracas: Fondo editorial CEPAT/UNESR, 2009.

MATA, María C. et al. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005.

MATTELART, A. **Un mundo vigilado**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2008.

MATTELART, A. **Por una mirada-mundo**. Conversaciones con Michel Sénécal. Barelona: Gedisa, 2014.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MEZZADRA, S. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, n.15, 2012.

PAIVA, R. **O Espírito Comum**: Comunidade Midia e Globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PEREIRA RAMOS, Maria N. Desafios globais contemporâneos da comunicação e da saúde das populações migrantes e refugiados. **ALAIC – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. São Paulo: ALAIC, 2020. Ano 19, n. 35 (set – dezembro 2020), p. 38 – 49.

PERUZZO, Cicilia, M. K. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema, PB, Brasil. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, v. 5, p. 159-170, 2017.

RINCÓN, O. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

SANTOS, Larissa C. dos. Las Relaciones Públicas y los paradigmas en la Comunicación Organizacional: un estudio teórico y reflexivo acerca del panorama actual brasileño. In: XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2022, Buenos Aires. **Memorias del XVI Congreso ALAIC**, 2022. v. 1. p. 1-16.

SANTOS, Larissa C. dos. A evolução das metodologias para o gerenciamento da comunicação organizacional no Brasil. **Estudos em Comunicação/Communication Studies**, v. 8, p. 147-167, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.